

ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2021
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal
Deputado Nilso Berlanda

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura das atas das sessões anteriores para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Demonstra preocupação com a matéria publicada pela manhã, no *Jornal NSC*, com relação ao acidente ocorrido no Morro do Boi, na BR-101, que provocou a morte de quatro pessoas, dois ciclistas e dois motociclistas, dois casais. Diz que ficou chocado pela informação do comentarista Renato Igor, que conversou com a Empresa Arteris Litoral Sul sobre a tragédia, e a concessionária alegou que rodovia não é para ciclistas, e, segundo o contrato da

empresa, o que consta no edital, não haveria essa responsabilidade.

Faz apresentação de vídeo para ilustrar a sua fala. Comenta que, de forma estritamente legal, não haveria essa responsabilidade, mas a situação mudou. Afirma que, atualmente, em todo mundo, o transporte é via bicicleta, as pessoas estão pedalando cada vez mais nos municípios que, em Santa Catarina, muitas vezes são conurbados e a maioria cortados por rodovias, federais ou estaduais. Por isso, questiona por que o ciclista que está pedalando, e utiliza o acostamento por necessidade ou por esporte, não pode ter segurança.

Portanto, a situação tem que ser avaliada, pois existe, sim, responsabilidade da concessionária e do Governo Estadual em dar proteção aos ciclistas para irem trabalhar ou por esporte. Menciona que a questão tem que ser reavaliada e retificada pela Alesc, Congresso Nacional e pelas concessionárias. Conclui, ressaltando que a concessionária foi infeliz no comentário, e que todas têm que assumir a responsabilidade pelos acidentes, sejam de carros ou de ciclistas e motocicletas. A responsabilidade pelas vidas nas rodovias é do Governo e é das concessionárias, seja qual for o modal de transporte, e se não consta do edital de concessão, que se faça constar.

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) - Diz que é ciclista e parabeniza o Deputado pela fala na tribuna. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Novamente, comenta sobre a polêmica que afeta o Samu e a Empresa OZZ, que administra a instituição, no Estado catarinense. Apresenta vídeo, mostrando protesto dos funcionários do Samu, que pedem socorro. Diz que os catarinenses estão vivendo um jogo de empurra-empurra, desde o ano anterior, entre o Governo do Estado e a OZZ. Cita que a mesma é responsável pela gestão desde 2017, pelo atendimento móvel de urgência no Estado, mas com relação à estrutura de atendimento, a remuneração

dos servidores, equipamentos, o suporte é péssimo. Ressalta que apesar dos esforços da Alesc, da comissão de Saúde, que já realizou debates, reuniões, audiências, e já convocou a Secretaria da Saúde para enfrentar o problema, soluções não aparecem.

Percebe que a situação é crítica e, inclusive, está programado um manifesto dos trabalhadores na frente da Casa D'Agrônômica, no dia 15 de junho, a partir das 10h, pois os servidores estão reivindicando reajuste, e há três anos os mesmos não têm férias, também estão sem depósitos do FGTS, e com problemas de telefonia e *internet*.

Menciona que a Alesc tem que tomar posição, é um cenário delicado e vergonhoso, não condiz com o Estado que é próspero, já que o Governador anuncia recordes de arrecadação de tributos. Destaca que a população e os funcionários é que estão sofrendo. Entende que o Governo estadual tem que ser responsabilizado como gestor público de Santa Catarina. Sugere e defende, já que no seu entender seria muito importante, o Parlamento catarinense realizar uma CPI sobre a questão, principalmente no momento atual que estamos vivendo, em função da pandemia.

Salienta que o Governador, a Secretaria da Saúde tem que encontrar uma alternativa, que o alerta está sendo dado pelos próprios funcionários, e o Governo Carlos Moisés tem que se movimentar e resolver o problema.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) -
Parabeniza o Deputado pela fala, dizendo que o mesmo tem o seu apoio. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Refere-se ao sistema de transporte de ônibus intermunicipais, que é dominado por um oligopólio formado em 1980, quando o governo escolheu empresas e deu autorizações para que elas fizessem o transporte entre uma cidade e outra dentro do Estado. Afirma que o setor está irregular, não há licitação, que à revelia da Constituição, não há concorrência, e as mesmas empresas que ganharam as autorizações, em 1980, continuam a operar, com a qualidade e o

preço que quiserem, oferecendo poucos serviços e da forma que quiserem, e, por algum motivo, o sistema político não fala nada.

Ressalta que, sem concorrência, não há medo de perder o cliente, que passa a ser usuário, simplesmente o catarinense é privado de escolhas. Coloca que, quando é permitido que um oligopólio de transporte se forme aqui, existem as famílias que deixam de se ver, tratamentos de saúde que não são feitos, são oportunidades de empregos que são perdidas, porque é cara a locomoção dentro do Estado.

Não entende por que a Secretaria de Infraestrutura insiste em não fazer uma licitação, em não abrir o mercado, uma vez que, desde 2002, o Ministério Público tem uma ação tentando obrigar o Governo de Santa Catarina a fazer essas licitações, cumprir com a Constituição, mas há uma forte resistência, dentro dessa secretaria, para fazer essa licitação que trará concorrência para o mercado. Ao perguntar quem está ganhando com isso, diz que obteve como resposta, do Secretário da Infraestrutura, que já tem um grupo estudando isso. Mas, ao pedir informação sobre o grupo, não obteve resposta.

Relata que, em Brasília, tramita o Projeto de Lei n. 3819, com muita força impulsionando esse tipo de projeto, que quer proibir os serviços como *buser*, *forbus*, que oferecem passagens de ônibus 60% mais baratas, ou seja, há um serviço de qualidade sendo oferecido a um menor preço para o consumidor, e os congressistas estão pensando em proibir. Demonstra sua frustração ao ver isso acontecendo todo dia, algo tão errado, tão fácil de ser mudado, bastando abrir o mercado, fazer uma nova licitação, aquilo que é certo, seguindo a Constituição. Indaga quais interesses impedem que isso aconteça.

Cita que o Brasil tem 66% das linhas de ônibus operadas por uma só empresa. Questiona a serviço de quem está o poder público, se a serviço da população, ou para ajudar alguns a se servir da população. Conclama os idealistas, que visam um Brasil próspero, a lutar contra esses senhores

feudais, sugadores do patrimônio alheio.
[Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Relata que encerra um ciclo em sua vida pública, de 32 anos por uma causa e um partido, mas, no dia 26 de maio, ocorreu o seu desligamento do PDT, sem a sua anuência, pelo motivo de ter assumido a condição de líder do Governo Moisés. Despede-se do seu PDT, prestando uma homenagem por todas as ocasiões em que o partido intercedeu, contribuindo com o Brasil. Deixa um abraço a cada filiado, junto aos quais mantinha um compromisso com o povo catarinense. Faz agradecimentos a Leonel Brizola, que teve a oportunidade de estar muitas vezes em sua presença; aos colegas de Parlamento, pela solidariedade; à equipe sediada no gabinete 203, deste Parlamento; e a tantos outros. Declara que segue servindo a Santa Catarina com a mesma paixão e devoção, agora ainda mais corajosa, mais forte, e muito mais preparada para lutar pelo Estado e pelos catarinenses.

Registra, dirigindo-se principalmente ao presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, que o Governo Federal, por meio da ANP, autorizou e incluiu, nas áreas da Bacia Potiguar, Santos, Campos e Pelotas, a 17ª rodada de licitações de blocos para exploração e exportação de produção de petróleo e gás natural. Afirma que é muito temerário vender essas áreas sem um estudo competente, pois se houver uma contaminação serão grandes os danos, assim sendo, essa rodada de negociações precisa ser evitada até que normas de segurança sejam tomadas. Esclarece que o Estado não tem conhecimento desta pauta, e por isso requereu, na Alesc, uma audiência pública para obter informação sobre o tema, investigando mais esse caso. [Taquígrafa: Eliana]

Deputado Ivan Naatz - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Ivan Naatz.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Faz comunicado, à Presidência e aos Parlamentares, sobre o requerimento para instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Madeireira Catarinense e de seus derivados, pois Santa Catarina enfrenta um grave problema, que é a compra da madeira em estado natural pelos chineses, colocando a reserva de madeira do Estado em risco, fazendo com que a indústria madeireira comece a observar a ausência de produto oferecido no mercado no interno. Informa que a Frente Parlamentar tem o objetivo de criar mecanismos para enfrentar e encontrar alternativas para o problema. [Taquígrafa: Sara]

Partidos Políticos

Partido: PSL

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Questiona se realmente o Governador Moisés está preocupado com a economia e de onde vem o dinheiro que tem distribuído para se salvar do processo de *impeachment*, e para fazer as suas entregas de Governo, já que na verdade esse dinheiro é uma devolução ao pagador de impostos. Esclarece que este dinheiro vem dos empresários, dos empregadores, do empregado, através dos seus impostos.

Comenta que é um momento de pandemia e muitos empresários, principalmente, e em decorrência os empregados, estão sofrendo com a questão das restrições e, em contrapartida, o Governo não ofereceu nada para aliviar os prejuízos. Por exemplo, as contas de luz, água, e os impostos chegaram integralmente para serem pagos.

Por conseguinte, reporta-se ao Prefis que o Governo enviou para a Assembleia Legislativa, que é um refinanciamento para os empresários quitarem suas dívidas, é um parcelamento dos juros dos impostos não pagos, sendo que em 2017, ano em que não existia a pandemia, o mínimo do parcelamento foi de 50% de isenção da dívida e, na melhor das hipóteses, chegava a 90%. E, agora, quando as pessoas mais precisam de oportunidades e de meios

para se restabelecerem, o Governo do Estado manda um Prefis pior do que o de 2017, e cita os dados percentuais. Logo, menciona que fez emenda ao Prefis enviado para que, ao menos, fique no mesmo patamar de porcentuais do ano de 2017, ou até melhor. Porém, fala que a emenda foi rejeitada e, por isso, já colheu as assinaturas necessárias para que venha a Plenário e seja debatida, pois entende que é o mínimo que se pode fazer aos empresários que estão passando necessidade.

Também, comenta sobre a proposta que o Governo enviou para Casa Legislativa relacionada ao aumento de mais 30 cargos para Procuradores do Estado, bem como a questão de adequar salários de alguns setores da Procuradoria-Geral do Estado, o que impactará em quase R\$15 milhões ao ano para os cofres públicos. Diz que vários órgãos querem reajuste salarial, e alguns estão, há oito anos, esperando um pouco de atenção, como professores, policiais, mas o Governo vai dar aumento para os Procuradores mais uma vez, pois em 2019 concedeu e, logo, sofreu o processo de *impeachment*. Por isso, demonstra sua indignação e pergunta se realmente o Governador se preocupa com quem gera renda, emprego e os impostos, os quais garantem dinheiro para que o Governo faça entrega de obras, ou seja, devolver aquilo que é do cidadão, do empresário que desembolsou ao pagar tributos, e enfatiza que os empreendedores e os trabalhadores que ficaram em casa merecem uma contrapartida e, novamente, menciona que o Governador nada fez, como por exemplo, nenhum desconto na conta da água e luz, nada foi ofertado.

Em tempo, faz referência ao aparte do Deputado do PT, por entender que sempre os bons pagam pelos maus, e o momento é de pandemia, têm pessoas que podem estar falindo e fechando suas empresas, o que aumentará o desemprego. Também, discorda em relação ao provável lucro que o empreendedor obterá com o Refis, afirmando que não há lógica nesse procedimento.

Deputado Fabiano da Luz (Aparteante) -
Salienta que o Prefis beneficia o mau pagador, e que o pequeno empresário sempre paga em dia os

seus impostos, sendo que os grandes empresários sempre esperaram o Prefis/Refis para negociar suas dívidas, o que gerava lucro para as empresas.

Deputado Bruno Souza (Aparteante) - Comunga a fala do Deputado Jessé Lopes, e diz que o Brasil apenas fica atrás de Cuba em relação à carga tributária que se pratica na América Latina, e menciona que o cidadão brasileiro nasce para servir ao Estado. E, em tempo, cita um exemplo quando da audiência com o Secretário da Fazenda, que disse que não se deveria preocupar com as contas públicas porque a economia voltará a crescer. Logo, contestou afirmando que o propósito do crescimento econômico não é a prosperidade do Estado e, sim, do indivíduo. E salienta que o setor público, mesmo diante da pandemia, da crise, cobra mais impostos do cidadão. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Deputado Sargento Lima - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Sargento Lima.

DEPUTADO SARGENTO LIMA - Segue na mesma esteira dos Deputados Jessé Lopes e Bruno Souza, e diz que todo empresário, todo empreendedor que se esforça e paga os devidos tributos quer ver o retorno. E, em tempo, fala sobre as aposentadorias dos ex-governadores do Estado de Santa Catarina que serão analisadas, na presente semana, no STF, e menciona que o valor recebido na aposentadoria é o dobro do salário de quem está na ativa. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Complementa, informando que as viúvas dos pensionistas recebem mil reais a mais do que um Governador da ativa, e isso dá R\$ 3,6 milhões por ano ao Estado de Santa Catarina, dinheiro este do contribuinte, que não está sendo acolhido neste momento de pandemia. Expressa seu apoio ao Deputado Jessé e ao Deputado Bruno, e concorda que, se existisse preocupação do

Governo, ele encaminharia a esta Casa a reforma da Previdência do Estado. *[Taquigrafia: Guilherme]*

Partido: PL

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Cita a fala, concordando com o Deputado Jessé Lopes, sobre a situação dos empresários que hoje estão inadimplentes com o Estado. Lembra que, em dezembro de 2020, foi aprovado um Projeto que beneficiaria muitos empresários, mas o Governador Moisés vetou, virando as costas para estes empresários.

Afirma que, em sua maioria, quem deixa de pagar imposto não é porque é um mau empresário, mas porque não teve condições de fazer o pagamento, e deixa claro que quem sustenta a máquina pública é o empreendedor. Discorre sobre as dificuldades e desafios de se empreender no Brasil, e cita a questão do Refis, que só permite o parcelamento das dívidas de março a dezembro de 2020, o que, no seu entendimento, é para "inglês ver", pouco resolve.

Expressa o seu apoio aos empresários catarinenses, porque o imposto será pago, o que está sendo reduzido é o juro e a multa, e solicita ao Deputado Marcos Vieira que possa acatar a emenda apresentada para que todos os débitos sejam incluídos no parcelamento, e não só os de março a dezembro. Deixa claro que não é apenas para o grande empresário, mas também ao pequeno que não conseguiu mais pagar.

Fala da sua conversa com o Secretário Paulo Eli, solicitando o seu apoio, e o mesmo informou que este parcelamento é referente a Covid-19, mas não haverá outro parcelamento. Informa que aquele parcelamento aprovado e que foi de consenso dos líderes em dezembro, foi vetado. Pede que se analise a Emenda com carinho, para que seja aprovado um parcelamento justo, e que todos que desejarem possam assinar, pois o empresário necessita da mão do Estado neste momento difícil.

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) - Diz que toda classe empresarial precisa muito do Refis, pois muitos não conseguiram pagar o ICMS em dia.

Solidariza-se com os Deputados nesta causa, e pede ao Secretário da Fazenda que olhe para a pequena empresa do Estado. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partido: PT

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Comunica que, na semana anterior, foi lançada a Frente Parlamentar de Apoio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, que possibilitará debater algumas das questões prioritárias do seu mandato, como o enfrentamento a fome, pobreza e desemprego. Informa que através da Frente Parlamentar, irão cooperar para alcançar os 17 objetivos adotados em 2015 na ONU, e que o Parlamento desempenha uma função importante de propor projetos, conversas e criação de leis que contribuam para esse desenvolvimento sustentável e humano. Pontua os 17 objetivos de combate a fome, presentes em vários países, que irão tentar alcançar até 2030.

Comenta que participou do debate do Prefis, e acha importante que a classe empresarial discuta as suas pautas neste momento de pandemia, e vê que, muitas vezes, só em isenção de ICMS, o Estado chega a R\$ 14 bilhões, mas para discutir a fome e a pobreza, percebe dificuldade em aprovar um simples auxílio. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Tece críticas a CPI da Covid-19 no Senado, e afirma que sua função é verificar o que os representantes fizeram com o dinheiro que o Governo Federal mandou, mas isso não é feito, pois usam o espaço para discutir outros assuntos. Comenta que aguardou a manifestação da bancada feminina em defesa da médica Nise Yamaguchi, que participou da CPI, o que não aconteceu. Deixa seu repúdio ao que fizeram com a médica na CPI.

Solicita a exibição de uma reportagem que fala sobre o Contorno Viário de Seara, obra que ainda não foi entregue, pois falta uma ponte para ligar o trecho, e agora a Secretaria da Infraestrutura do Estado está lançando um novo processo de

licitação. O Deputado informa que a obra deveria ser entregue agora, mas esqueceram do projeto e da ponte. Questiona como uma obra tão importante não é entregue porque esqueceram de fazer a ponte.

Deputado Valdir Cobalchini (Aparteante) - Lamenta a situação do Contorno Viário de Seara. Informa que este contorno é fundamental, e está surpreso que não tenha a ponte, o que caracteriza uma omissão imperdoável. [Taquigrafia: Northon]

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0024/2021 e à Proposta de Sustação de Ato PSA/0019.6/2020.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0153/2021, de autoria do Deputado Jerry Comper, que denomina Sargento Sílvio Roling Longen, o edifício-sede da 7ª RPM/13º BPM/3ª Companhia da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, no Município de Taió.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Jerry Comper.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0339/2020, de autoria do Deputado Marcos Vieira, que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Ciclismo de Montanha nos parques do Estado de Santa Catarina e em trilhas, localizadas em área públicas, em seu entorno.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0460/2019, de autoria do Deputado Sargento Lima, que institui o Dia Estadual de Combate à Intolerância Ideológica, no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria a sra. Deputada Luciane Carminatti, justificando o seu voto.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0482/2019, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que institui o Programa Jovem Agricultor, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência informa que há dois projetos extrapauta para apreciar a admissibilidade, e

depois retornam às comissões. São eles: PEC n. 0002/2021, e a Medida Provisória n. 0240/2021. Consulta os senhores líderes se concordam em apreciar as duas admissibilidades na presente data.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0002/2021, de autoria do Governador do Estado, que altera os arts. 123 e 136 da Constituição do Estado e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação da admissibilidade da Medida Provisória n. 00240/2021, de autoria do Governador do Estado, que institui o auxílio emergencial denominado Auxílio Catarina, para enfrentamento das consequências econômicas e vulnerabilidades sociais advindas da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Conta com parecer da comissão de Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0426/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda, informações acerca da aposentadoria ou pensão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputado Bruno Souza - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Bruno Souza.

DEPUTADO BRUNO SOUZA - Parabeniza a Deputada Marlene Fengler pelo seu aniversário na presente data.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Fica o registro das felicitações à Deputada Marlene Fengler, em nome da Presidência e da Mesa Diretora.

DEPUTADA MARLENE FENGLER - Agradece ao Deputado Bruno e a todos pela lembrança.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0427/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster, solicitando, ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca do entulho existente ao lado da Escola de Educação Básica Max Tavares D'Amaral, situado em Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0428/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando, à Secretaria de Estado da Saúde, informações acerca dos processos administrativos deflagrados em decorrência da análise dos autos SES 138236/2019.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0429/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando, ao

Secretário de Estado da Educação, informações acerca dos motivos da compra de veículos referentes às emendas parlamentares impositivas nº 14 e 94.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Neodi Saretta.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0399/2021, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, manifestando aplauso ao comunicador Geraldo Custódio pelos 26 anos de serviço prestados à radio comunicação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0400/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, manifestando apelo à Superintendência do Departamento Nacional de Transportes de Santa Catarina a pavimentação da ligação entre a BR-116, Monte Castelo à Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0401/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, manifestando aplauso ao Ex-Combatente da Segunda Guerra Mundial, Sr. Hugo Pedro Felisbino por ter vencido a Covid-19 aos 101 anos de idade na cidade de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0402/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus, manifestando aplausos ao Gasparense Leonardo Ames pela atuação propositiva e pelos demais feitos realizados como 22º Presidente da MDIO INTERACT BRASIL.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0403/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling, manifestando apelo ao Governador do Estado pela urgência e celeridade nos processos administrativos que tratam da reforma da estrutura predial, melhorias e atualização do acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0404/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, apelando ao Senador Jorginho Mello, ao Ministro dos Transportes e ao Superintendente do DNIT, pela abertura de uma área para descanso e pernoite de motoristas no posto de fiscalização desativado na Rodovia BR-470, município de Apiúna.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência concede a palavra aos srs. Deputados Milton Hobus e Marcius Machado para manifestarem-se sobre a Moção 0404/2021.

DEPUTADO MILTON HOBUS - Considera a moção interessante porque a BR-470 está um caos e não tem onde parar, só que aquela unidade desativada do DNIT já foi transferida, e hoje pertence ao

patrimônio do município de Apiúna, portanto ela não tem como prosseguir porque está no caminho errado.

DEPUTADO MARCIUS MACHADO - Solicita, havendo a concordância dos demais, que seja retirada a Moção, embora tenha sido aprovada, para que possa fazer o encaminhamento à Prefeitura, tendo em vista que foi um pedido de vários motoristas que trafegam por aquela via.

DEPUTADO MILTON HOBUS - Concorda com o Deputado, porque é lá que tem que se procurar. Hoje pertence ao município de Apiúna.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - O requerimento do Deputado Marcius Machado foi deferido e a Moção n. 0404/2021 está retirada de pauta.

Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Moção n. 0405/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, cumprimentando a Vereadora Luciane Chagas Bittencourt, pela alteração feita na Lei Municipal nº 3.480/2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0406/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, manifestando ao Presidente e ao Relator da CPI da Pandemia, repúdio pela condução abusiva e desrespeitosa durante as reuniões e os depoimentos na referida CPI.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0407/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta, manifestando ao Presidente da Câmara dos Deputados, apoio pela aprovação do Projeto de Lei nº 765/2015.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0408/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, cumprimentando Policiais Militares lotados no CPT do 8º Batalhão de Polícia Militar, pelo excelente trabalho de exemplo que vem dando para as crianças e adolescentes.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0409/2021, de autoria da Deputada Paulinha, apelando às operadoras de Telefonia Móvel TIM, Oi, Vivo e Claro, que ampliem a rede de sinal telefônico no Município de Urubici.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0410/2021, de autoria da Deputada Paulinha, apelando ao Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, que amplie a rede de sinal telefônico no Município de Urubici.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0411/2021, de autoria da Deputada Paulinha, apelando ao Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, que amplie a rede de sinal telefônico no Município de Massaranduba.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0412/2021, de autoria da Deputada Paulinha, apelando às operadoras de Telefonia Móvel TIM, Oi, Vivo e Claro, que ampliem a rede de sinal telefônico no Município de Massaranduba.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0940/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando, ao Presidente do TCE/SC, atualização sobre a tomada de contas especial.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0941/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando, ao Diretor-Presidente da SCPar, a ata na íntegra da assembleia Iazpe realizada no dia 30/04/2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0942/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando, ao Presidente da CELESC, informações acerca da possibilidade de criação de uma regional da CELESC em Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0958/2021, de autoria da Deputada Marlene Fengler, solicitando ao Diretor-

Presidente da Celesc, informações acerca do atendimento às demandas emergenciais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0935/2021, 0936/2021, 0937/2021, 0938/2021 e 0939/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 0943/2021 e 0944/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0945/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0946/2021, 0947/2021, 0948/2021, 0949/2021, 0950/2021, 0951/2021, 0952/2021, 0953/2021 e 0954/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0955/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti; 0956/2021 e 0957/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins; 0959/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto; 0960/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0961/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; e 0964/2021, de autoria do Deputado João Amin.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1206/2021, 1207/2021, 1208/2021 e 1209/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber; 1210/2021 e 1215/2021, de autoria da Deputada Marlene Fengler; 1211/2021, de autoria do Deputado Marcos Vieira; 1212/2021, 1213/2021 e 1219/2021, de autoria da Deputada Dirce Heiderscheidt; 1214/2021 e 1220/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza; 1216/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1217/2021 e 1218/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 1221/2021, de autoria do Deputado Ivan Naatz; 1222/2021, de autoria da Deputada Paulinha; 1223/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins; 1224/2021 e 1225/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 1226/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; 1227/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1228/2021,

1229/2021, 1230/2021 e 1231/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquiografia: Cinthia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Agradece aos Colegas que votaram a favor das moções aprovadas hoje, informando que escolheu a data 06 de setembro como um dia para defender o direito de liberdade de ideologia, dia em que o Presidente Jair Bolsonaro levou uma facada, até porque acredita que se não fosse ele candidato à Presidência, naquele dia, ele não teria sido agredido. Ressalta que se ele não estivesse defendendo a sua forma de pensar, que é realmente disso que se trata a ideologia, o respeito à forma de pensar, ele não teria sido vitimado naquele dia.

Critica o tratamento descortês que as médicas receberam na CPI da Covid, e diz que ficou esperando as manifestações das bancadas femininas, que saíssem em protesto à forma deselegante e truculenta que as médicas foram tratadas na ocasião. Comenta que, quando houve a CPI dos Respiradores, sempre zelou pelo bom tratamento das testemunhas, e que o que houve na CPI da Covid envergonha o Brasil. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Revisão: Taquígrafa Sara]